

Saúde, educação e a pós-verdade como estratégia de (des)educabilidade: notas sobre a pandemia e o bolsonarismo

*Health, education and the post-truth as an (un)educability strategy:
notes on the pandemic and bolsonarism*

*Salud, educación y posverdad como estrategia de (in)educabilidad:
apuntes sobre la pandemia y el bolsonarismo*

Mozart Linhares da Silva*
Camila Francisca da Rosa**

Resumo

O presente artigo objetiva analisar a perspectiva da pós-verdade como estratégica enquanto meio de educabilidade principalmente durante a pandemia de coronavírus e o governo Bolsonaro. Desde sua campanha eleitoral, o atual presidente, Jair Bolsonaro, mandato 2019-2022, vem construindo uma política anti-intelectualista e de deslegitimação do saber científico, com ataques sistemáticos à universidade e à educação em geral, espaços que tradicionalmente são considerados legítimos para a produção e a difusão da “verdade”. Acontece que, com a pandemia, esses ataques e processos de deslegitimação também se acentuaram na área da saúde. Assim, para tal análise, tomamos as ações e os discursos assumidos pelo governo Bolsonaro e seus apoiadores em relação à educação, à ciência e à forma como foi conduzida a pandemia de coronavírus, através do ataque ao saber médico e a instituições como a Organização Mundial da Saúde. Dessa forma, dividimos o texto em dois momentos, um para contextualizar a emergência da pós-verdade e os efeitos sobre o saber científico e, em seguida, a partir da materialidade já citada, mostramos como essa deslegitimação da ciência apresentou desdobramentos no enfrentamento da pandemia de coronavírus no Brasil. Apontamos que a deslegitimação do saber científico e das instituições do “dizer verdadeiro”, calcada nas práticas discursivas da pós-verdade, vem contribuindo para a divisão social, a proliferação de teorias de conspiração, violência e crise das instituições de saber.

Palavras-chave: educação; saúde; pós-verdade.

Recebido em: 30/10/2020 – Aprovado em: 30/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.11800>

* Doutor em História pela PUCRS, com extensão na Universidade de Coimbra, com pós-doutorado em Educação pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (mestrado e doutorado) e do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação (CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9838-5436>. E-mail: mozartt@terra.com.br

** Doutoranda (bolsista Capes – Modalidade 1) e mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Licenciada em História. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação (CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1418-4288>. E-mail: camilafdarosa@gmail.com

Abstract

This paper aims to analyze the post-truth perspective as strategic as a means of educability mainly during the coronavirus pandemic and the Bolsonaro government. Since the election campaign, the current President Jair Bolsonaro, term 2019-2022, has been developing an anti-intellectualist and delegitimizing policy of scientific knowledge, with systematic attacks on the university and education in general, places that are traditionally considered legitimate for production and spreading the “truth”. It turns out that with the pandemic, these attacks and delegitimization processes were also accentuated in the health area. So, for such an analysis, we take the actions and speeches taken by the Bolsonaro government and its supporters in relation to education, science and the way it led the coronavirus pandemic, through the attack on medical knowledge and institutions such as the World Health Organization. Therefore, the study is divided into two parts, the first aims to contextualize the emergence of the post-truth and its effects on scientific knowledge, and the second part analyzes how science denial has been affecting the way of coping with the coronavirus in Brazil. It is indicated that the underestimation of scientific knowledge and the institutions of “truth”, based on post-truth discursive practices, has led to social division, proliferation of conspiracy theories, violence, and crisis in Brazilian education.

Keywords: education; health; post-truth.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la perspectiva de la posverdad como estrategia de educabilidad principalmente durante la pandemia del coronavirus y el gobierno de Bolsonaro. Desde su campaña electoral, el actual presidente Jair Bolsonaro, período 2019-2022, viene construyendo una política antiintelectualista y deslegitimadora del conocimiento científico, con ataques sistemáticos a la universidad y la educación en general, espacios que tradicionalmente se consideran legítimos para la producción y propagación de la “verdad”. Resulta que con la pandemia estos ataques y procesos de deslegitimación también se acentuaron en el área de la salud. Entonces, para tal análisis, elegimos las acciones y discursos del gobierno de Bolsonaro y sus partidarios en relación con la educación, la ciencia y la forma en que lideró la pandemia de coronavirus. a través del ataque al conocimiento e instituciones médicas como la Organización Mundial de la Salud. De esta forma, dividimos el texto en dos momentos, uno para contextualizar el surgimiento de la posverdad y los efectos sobre el conocimiento científico, y luego, a partir de la materialidad ya mencionada, mostramos cómo se ha desarrollado esta deslegitimación de la ciencia frente a la pandemia del coronavirus en Brasil. Señalamos que la deslegitimación del conocimiento científico y las instituciones del “verdadero decir”, basadas en las prácticas discursivas de la posverdad, ha contribuido a la división social, proliferación de teorías conspirativas, violencia y crisis en las instituciones del conocimiento.

Palabras clave: educación; salud; posverdad.

Introdução

Assistimos, no processo da campanha eleitoral de 2018, o emparelhamento do Brasil a um movimento antidemocrático presente na eleição de alguns países europeus e mesmo no plebiscito do Brexit, na Inglaterra, e, sobretudo, nos EUA, com a eleição de Donald Trump. As eleições de 2018, no Brasil, foram marcadas pelo acirramento da polarização política, pela amplificação do discurso de ódio e pelo uso até então inédito das *fake news*, cujos desdobramentos resultaram na eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, no mandato de 2019 a 2022.

Fazendo intenso uso das redes sociais, das *fake news* e da manipulação midiática, desde a campanha, o atual presidente orquestrou um ataque sistemático à educação, considerada em seu discurso como espaço de doutrinação, nomeadamente de esquerda – “um dos maiores males atuais”, como consta em seu Plano de Governo (BRASIL, 2018, p. 46). No Plano de Governo do então candidato, registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tanto a educação como a saúde eram anunciadas como contendo gastos em demasia e resultados fracassados.

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos. Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional (BRASIL, 2018, p. 41).

Como proposta e possível solução, o Plano de Governo de Bolsonaro previa, no campo da educação, a mudança curricular, com a troca de conteúdos e a aplicação de nova metodologia de ensino, com prevalência às disciplinas de matemática e português. Para as universidades, por ele muito criticadas, o plano propõe “fomentar o empreendedorismo para que o jovem saísse da faculdade pensando em abrir uma empresa” (BRASIL, 2018, p. 46) e frisa em letras garrafais, o objetivo de uma educação “SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE” (BRASIL, 2018, p. 41). Na área da saúde, também se previa o abandono de qualquer “questão ideológica” para gerir os gastos já elevados e com poucos resultados à população.

Os trechos retirados do Plano de Governo de Jair Bolsonaro proporcionavam indícios de que, com a efetiva eleição, a educação seria alvo da pauta conservadora, e profissionais da área, em especial professores, já começavam a vivenciar ataques diretos em sala de aula, filmagens indevidas – encorajadas pelo próprio presidente, acusações de doutrinação e partidarismo político, ou seja, iniciava-se um processo de desestabilização, descrédito e desautorização de uma área cuja característica fundamental é o saber e a disseminação do conhecimento, processo que já vinha ganhando espaço com o Movimento Escola Sem Partido. O mesmo ocorreu com as universidades, principalmente as de nível federal, acusadas de formar “esquerdistas” e militantes. Durante a campanha eleitoral, a chapa de Bolsonaro colocou em circulação as imagens de protestos de movimentos de cunho identitário, com atenção aos feministas, para associar com um possível caráter ideológico das universidades brasileiras, sobretudo no que diz respeito à “ideologia de gênero”. Logo que eleito, defendeu que professores universitários fossem filmados, que a polícia pudesse entrar dentro dos *campi* universitários e chegou a chamar os espaços de “ninhos de rato”.

O que se segue à eleição de Jair Bolsonaro, para além do conservadorismo, foi uma política deliberada de precarização do ensino, da ciência e da função professor/pesquisador. As universidades, assim como pesquisadores e intelectuais, formam o campo que historicamente está relacionado com a autoridade do conhecimento e com a verdade. Para além da precariedade material imposta à educação, falamos de uma precariedade social e moral, de uma desautorização do “falar verdadeiro”, condição para que outras narrativas, como as relacionadas à pós-verdade, possam emergir com êxito. O ataque à ciência e às instituições que tradicionalmente possuem autoridade para o “falar verdadeiro” não iniciou nas eleições de Bolsonaro ou mesmo no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, precisa ser entendido em sua genealogia e entendido como se instituiu na emergência da pós-verdade, cujo efeito evidente na política é seu desdobramento metodológico e midiático.

Com a pandemia, o campo da saúde, que, até então, detinha um *status* de saber e poder, também foi reconfigurado no emaranhado de enunciados que desautorizam e deslegitimam dados e pesquisas ou mesmo profissionais, produzindo, por meio da pós-verdade, outras estratégias de educabilidade para o enfrentamento ao coronavírus. O que propomos problematizar neste texto é a pós-verdade como método político de desconstrução das instituições de saber do dizer verdadeiro, o que implica nas políticas nos campos educacional, de saúde e científico. Processo esse acentuado com o bolsonarismo e durante a pandemia do coronavírus, que destacamos como exemplos dos desdobramentos desse movimento anti-intelectualista e anti-ciência.

Pós-verdade como método político

No vasto campo reflexivo sobre a pós-verdade, damos destaque, neste texto, à forma como as instituições do “dizer verdadeiro” e seus representantes – intelectuais, cientistas, professores(as) e jornalistas – são destituídos de autoridade. E disso resulta, como efeito, a suspensão das certezas e dos jogos de consensos, o que abre o caminho para as estratégias políticas personalistas e reacionárias que se sustentam na desagregação social. A pós-verdade, nessa direção, é elevada à método político que lança mão de posturas performáticas que manipulam a confiança e suspendem a autoridade institucional do dizer verdadeiro. Como caracteriza D’Ancona (2018, p. 20), “no cerne dessa tendência global está um desmoronamento do valor da verdade, comparável ao colapso de uma moeda ou de uma ação”. Nesse cenário, ainda conforme o autor, “os ‘especialistas’ são difamados como um cartel

mal-intencionado, em vez de uma fonte de informações verificáveis” (2018, p. 20). Na pós-verdade há uma substituição das estratégias, não são mais os argumentos que precisam ser mobilizados no discurso político, mas uma “atitude estética, humorada e flexível” (DUNKER, 2017a, p. 24), caricata em Donald Trump, para citar um exemplo.

Muito rapidamente, é preciso apontar para o contexto de emergência da pós-verdade, para não cairmos na armadilha de personalizarmos o fenômeno, como se ele tivesse surgido, por exemplo, a partir da era Trump ou Bolsonaro. Esses podem ser considerados, inclusive, o ponto de chegada e não o de partida da pós-verdade. Segundo Dunker (2017a, p. 40-41):

A pós-modernidade é a condição ideológica a partir da qual a pós-verdade pode emergir como uma espécie de reação regressiva. Ela se aproveita de uma percepção social de que há um excesso de indefinições contido em termos como: politicamente correto, relativismo, multiculturalismo, igualitarismo, coletivismo, ecologismo e secularismo.

A performance política daí desdobrada é uma reação a essas indefinições e instabilidades, que convoca a sociedade a voltar a um “estado personalista da verdade, resgatar suas raízes na família, retomando o tempo em que a verdade era definida pela identidade do autor que a anuncia” (DUNKER, 2017a, p. 41). Essa perspectiva rasura as bases modernas da verdade, calcadas na ciência, no secularismo, na universidade, na educação e na imprensa. São essas instituições que são colocadas sob a égide da dúvida e desconfiança, e são elas que, de certa forma, garantiam a formação da esfera pública, das bases epistêmicas, a partir das quais o debate e as discussões políticas e culturais podiam se estabelecer, sem com isso desagregar a sociedade em conflitos e discursos de ódios. Ao minar a separação entre as esferas públicas e privadas, a pós-verdade personaliza o que antes era entendido como discurso político, calcado na “ágora”. Não é sem sentido que o apelo a emoções e ao carisma pessoal é mobilizado com melhor êxito do que argumentos calcados na frieza de números ou fatos objetivos. Vivemos, portanto, um deslocamento da confiança na verdade, conforme fora estabelecido na modernidade. De acordo com Rodrigo Cracco (2018, p. 60):

O “provado cientificamente” foi se instituindo como sinônimo de verdade desde meados da modernidade e atinge seu auge nos séculos XIX e XX, com o avanço tecnológico que possibilitou a verificação empírica de várias hipóteses construídas ao longo da modernidade.

O pensamento científico moderno, construído desde a Renascença, sobretudo a partir da Revolução Copernicana, foi se constituindo como oposição à *forma mentis* medieval, calcada na religião, no comunitarismo, na autoridade da *communis*

opinio doctorum do escolasticismo e na misticidade. O cientificismo oitocentista em diante consagra a verdade à racionalidade científica, secular e universalista, basilares na construção do próprio homem moderno.

É, pois, uma crise civilizatória que se anuncia. Uma crise da razão, do universalismo e da cidade como espaço público. Segundo Dunker (2017a, p. 27), “a cidade é a matriz da verdade como história compartilhada, da qual se pode dar testemunho de convivência comum. A pós-verdade substitui essa experiência pelos condomínios e compartimentalizações étnicas”. A fragmentação e a destituição do espaço público da verdade implicam na destruição da confiança como cimento constitutivo das sociedades. Como afirma D’Ancona (2018, p. 42), “esse colapso da confiança é a base social da era da pós-verdade todo o resto flui dessa fonte única e deletéria”.

É preciso situar melhor como essa desconfiança em relação às instituições do dizer verdadeiro atua. Fazemos uso, para tanto, da maneira como Michel Foucault problematiza a ideia de verdade, ou o que ele denomina de uma “economia política” da verdade, que, para o filósofo, possui cinco características. Historicamente: 1) “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem”; 2) “está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)”; 3) “é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas)”; 4) “é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)”; e 5) “é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas)” (FOUCAULT, 2013, p. 52).

A verdade, nesse sentido, precisa ser pensada historicamente (CANDIOTTO, 2006) e entendida como suporte de determinados regimes de verdade que produzem sentido e atuam na organização das sociedades em determinados contextos, bem como atuam nos processos de subjetivação e constituição dos sujeitos. Não há, vale dizer, um sujeito autônomo, universal e dotado de essência própria a dizer a verdade. Ao contrário, não é no sujeito que devemos procurar a verdade, e sim no discurso que o atravessa e o constitui. São as formas de controle do discurso, os jogos de verdade, que estabelecem o que deve ser considerado e aceito como falso ou verdadeiro, que produzem a legitimidade do dizer a verdade. As instâncias do dizer verdadeiro, então, são desdobramentos dos “aparelhos políticos ou econômicos”, cuja materialidade encontramos nas instituições científicas e educacionais e

nos meios de comunicação. A vontade de verdade se manifesta, nessa direção, como vontade de poder, pois, indissociável dos jogos de verdade. Quando falamos da verdade em nosso tempo, estamos nos referindo, então, à sua legitimidade constituída pelas regras de veridicção que aceitamos como confiáveis. Trata-se de uma contingencialidade histórica e, por isso, entendida como acontecimento em sua raridade, em que pese sua ambição à universalidade.

Essa perspectiva em relação à verdade não implica, como querem alguns, em uma suspensão ou um relativismo radical da verdade, um vale tudo opinativo, ao contrário, a verdade possui regramentos e critérios de veridicção que legitimam, em determinado contexto histórico, as ferramentas cognitivas que os sujeitos lançam mão. São os critérios de veridicção que legitimam a verdade socialmente, organizando os saberes e seus efeitos na constituição dos sujeitos ou, ainda, na forma como os sujeitos são governados. E é na ciência, com seus critérios metodológicos, que a verdade, na modernidade, é instituída. A promessa moderna foi justamente organizar a sociedade a partir de uma razão redentora que lança mão da ciência como *modus operandi* das instituições do dizer verdadeiro. Daí a importância das universidades, da ciência e da imprensa como redutos legítimos que produzem e fazem circular os discursos que funcionam como verdadeiros.

Muito dessa promessa moderna perdeu força a partir da primeira metade do século XX, quando todo o manancial científico e tecnológico contribuiu sistematicamente para guerras, genocídios, dominações coloniais, etc. Inclusive, para Signates (2012, p. 140), uma das crises da ciência acontece no aspecto social, pois “não consegue atender a algumas das mais caras promessas da modernidade: a da justiça social, a da construção ética e a da solidariedade, racionalmente fundamentadas”. Pelo contrário, o próprio holocausto fora possível devido a sua estrutura burocrática, sua racionalidade técnica e científica, não sendo um desvio em si da razão moderna (BAUMAN, 1998). Como lembra Bauman (1998, p. 83), o racismo é impensável sem o avanço da ciência moderna, da tecnologia moderna e das formas modernas do poder estatal. Foucault (2002, p. 304), em sua análise do biopoder e da biopolítica, chama a atenção justamente para a função do racismo na própria organização e na fundação do Estado-nação moderno:

[...] o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo.

O racismo e suas bases construídas cientificamente durante os séculos XVIII e XIX são, portanto, um “mecanismo fundamental do Estado” (PELBART, 2011, p. 57-59). Não é preciso citar muitos exemplos para pensarmos em como o discurso científico ofereceu legitimidade às políticas eugenistas e de extermínios em nome de um conhecimento tido como verdadeiro, desinteressado e pretensiosamente universal. Não é sem sentido que as sociedades ocidentais, após a Segunda Guerra Mundial, tenham dado vazão a contranarrativas que se opuseram, gradativamente, às ideias de pureza racial, homogeneidade cultural/nacional e heteronormatividade patriarcal. O multiculturalismo, os movimentos migratórios, as mudanças revolucionárias na pauta dos costumes, a fratura na fronteira entre cultura popular e alta cultura, entre outros, pontuaram a crítica à tradição das verdades que até então deram feição às sociedades modernas. A promessa redentora da modernidade, calcada na legitimidade e no poder da ciência como narrativa organizadora das sociedades, perde força e confiança, abrindo espaço para o que Hicks (2011) chamou de estilhaçamento epistemológico. É interessante notar que esse estilhaçamento epistemológico correspondeu, no contexto pós-Segunda Guerra, a uma pauta das esquerdas que visava atacar o cerne dos valores tradicionais, como é o caso do patriarcado, do universalismo e do cientificismo, a exemplo do darwinismo social e da engenharia social calcada na eugenia, entre outros. O que temos, agora, é uma outra narrativa que opera uma inversão nesse relativismo, confrontando as esquerdas e o próprio pensamento liberal. Como afirma Kakutani (2018, não paginado):

Na primeira rodada das guerras culturais, a Nova Esquerda rejeitou os ideais do Iluminismo como vestígios do antigo pensamento patriarcal e imperialista. Hoje, esses ideais de razão e progresso são atacados pela direita por serem vistos como parte de uma conspiração liberal para minar valores tradicionais.

Logo, cabe a questão: como a pós-verdade se institui como método político? Mesmo longe de responder integralmente à pergunta, são necessárias algumas considerações. A pós-verdade faz uso desse estilhaçamento epistemológico que ataca as bases do pensamento moderno e, com isso, do próprio pensamento político. É na corrosão da política e, sobretudo, de seus agentes, os políticos, que personagens como Trump e Bolsonaro estaquearam suas bases discursivas calcadas, justamente, na antipolítica e, para tanto, mobilizaram pautas morais, como corrupção, sexualidade e liberdade. A política e a ideologia são associadas à corrupção e à imoralidade. Entende-se, nesse caminho, como as ciências humanas foram pioneiramente atingidas por essa postura, nomeadamente aquelas áreas que assumiram a política como recurso epistemológico de suas temáticas, como são os estudos rela-

cionados a identidades, cultura e gênero. Conforme contextualiza Dunker (2017a, p. 15), no início do século XXI,

[...] o ambiente acadêmico fervilhava em torno da herança das teorias feministas dos anos 70, agora revigorados em *estudos de gênero (Gender Studies)*, estudos *gays e lesbianos* e mais tarde pela teoria *queer*. Independente de seus temas e autores específicos, o movimento incluía uma espécie de retomada da presença da política nas ciências humanas.

Na agenda da pós-verdade, também se encontra uma “guerra cultural” que lança mão de um revisionismo histórico pernicioso, oferecendo interpretações alternativas para o colonialismo, a escravidão, as ditaduras (como no caso latino-americano) e o racismo, para citar alguns. Vale lembrar a entrevista de Jair Bolsonaro no programa Roda Viva, em 2018, quando afirmou, após ser questionado sobre a dívida histórica referente à escravidão no Brasil: “eu nunca escravizei ninguém na minha vida. Se for ver a história realmente, o português nem pisava na África. Os próprios negros que entregavam os escravos. Que dívida é essa?” (RODA VIVA, 2018).

Esse contexto de suspensão da razão, com a possibilidade de narrativas alternativas sem o menor critério científico ou filosófico, faz da pós-verdade um fenômeno que abre o campo de viralização para as *fake news*. Bem entendido, a mentira não é nenhuma novidade na política, mas, nesse contexto e com o auxílio enorme das redes sociais, ela adquire uma potência sem precedentes. Kakutani (2018, não paginado) lembra o alerta do empreendedor do Vale do Silício, Andrew Keen, para quem:

[...] a internet havia não apenas democratizado a informação de maneira inimaginável, como também estava fazendo com que a ‘sabedoria das multidões’ tomasse o lugar do conhecimento legítimo, nublando perigosamente os limites entre fato e opinião, entre argumentação embasada e bravata.

O embaralhamento da opinião pública, a manipulação da memória, como no caso da história, e o achatamento da confiança nos especialistas possibilitam o livre trânsito de opiniões sustentadas na credibilidade pessoal, na performance de quem diz. Mimar a confiança, mentir sistematicamente e confundir são métodos de desarticulação da opinião pública, de generalização da dúvida. D’Ancona (2018, p. 42) aponta que, “na década de 1990, Ted Goertzel, sociólogo da Universidade Rutgers, realizou uma pesquisa de opinião por telefone que revelou que aqueles inclinados a desconfiar dos outros também eram mais propensos a acreditar em teorias da conspiração”.

Fica evidente como a fragilização da verdade e das instituições do falar verdadeiro nos coloca frente à construção de um “novo” *ethos* político, que desafia a democracia e seus necessários acordos que permitem às sociedades certa previsibilidade e confiança contratual. Não é exagero apontar para um *ethos* do fascismo, não

o fascismo histórico, mas rastros que vão se reconstruindo, por exemplo, no apelo moral e na identificação do inimigo. O sistema moral é extremamente simplificado, facilitando a comunicação e o alcance à opinião pública. Toda mensagem deve ser facilmente digerível e repercutida, como os estereótipos sociais e os rótulos ideológicos. Já os inimigos são facilmente construídos, mobilizados e estereotipados (PAXTON, 2007; STANLEY, 2018). Quando consideramos as falas de Trump e Bolsonaro, por exemplo, fica evidente como são recorrentes os discursos que lançam mão da conversão a valores relacionados à pátria, à heteronormatividade, à família tradicional, a inimigos comuns, como comunistas, imigrantes ou refugiados, entre outros.

Os rastros de um discurso fascista contemporâneo, que emerge conjuntamente com a pós-verdade e o abandono da razão, criam um mundo em que os chamados “cidadãos de bem”, convertidos a esses valores, estão sempre frente a ameaças externas (globalismo de esquerda) ou internas, como pobres, párias sociais, minorias ressentidas etc. São esses “outros” que se precisa enfrentar cotidianamente, e, ao menor sinal de ameaça, o ódio e a violência são mobilizados. Os inimigos são muitos, mas facilmente enquadrados, pois, como observa Dunker (2017a, p. 35), “um fato importante na nova cultura da indiferença e do ódio é que nossas respostas não são exatamente concentradas no que o outro diz, mas no ambiente, no contexto, no que se ajusta bem à paisagem”. É fácil, assim, identificar inimigos nos intelectuais, por exemplo, pois, independente do que se diz, o enquadramento ideológico presumido deslegitima qualquer possibilidade discursiva. O ataque às instituições como universidades e escolas e ao saber médico diante da pandemia, nessa direção, mostra exemplarmente essas táticas de descredibilização e interdição da autoridade do “dizer verdadeiro”.

Desautorização da ciência e pandemia

No final do ano de 2019, o mundo começa a ter as primeiras notícias sobre a ocorrência de um vírus altamente contagioso – o novo coronavírus, SARS-CoV-2. Os primeiros casos aconteceram em Wuhan, na China, mas logo o vírus se espalhou e agravou o contágio em outros países. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica o momento como uma pandemia e, em 2020, o Brasil passa a lidar com o avanço do vírus.

Ainda sem vacina, uma das únicas formas de prevenção e enfrentamento da pandemia, indicada pela OMS e por vários pesquisadores, é o isolamento social. Medida que foi acatada pelo Ministério da Saúde brasileiro, por governadores de

estados e muitos representantes políticos. Mas, frente aos problemas econômicos oriundos dos desdobramentos da desaceleração da economia com o fechamento do comércio, por exemplo, o governo federal inicia um confronto com a OMS, advogando uma narrativa alternativa, próxima à adotada nos EUA, por Donald Trump. A despeito das inúmeras pesquisas sobre a pandemia, o Planalto passa, então, a defender um discurso de salvação de empregos, considerando que as mortes na epidemia são inevitáveis e que é preciso manter a economia funcionando. Bolsonaro, seguindo essa direção, entra em rota de colisão, inclusive, com o então ministro da saúde, o médico Luiz Henrique Mandetta.

A pandemia do coronavírus potencializou, no contexto brasileiro, a deslegitimação da ciência, principalmente porque atingiu uma área de grande *status* como a da saúde. Ainda segundo dados da pesquisa sobre a *Percepção pública da ciência e tecnologia no Brasil*, os médicos apareciam, em 2019, em primeiro lugar como fonte confiável de informação para os brasileiros, para só depois figurarem os cientistas de universidade e instituições públicas de pesquisa (CGEE, 2019, p. 13). Como muito pouco ou nada se sabia sobre o vírus antes de sua aparição, as pesquisas sobre o coronavírus aconteciam conjuntamente com o avanço da pandemia e muitas informações foram sendo produzidas, ora recomendando e ora desencorajando determinadas ações, o que colaborou para um descrédito da área e para o fortalecimento de teorias paralelas, principalmente quando estas partiam do presidente da República.

Bolsonaro recrudescer o negacionismo à pandemia e descreditou sua gravidade ao nomeá-la como uma “gripezinha” (G1, 20/03/2020). Indo de encontro às recomendações de afastamento social, chegou a convocar seus apoiadores para atos (com aglomerações) “a favor dos empregos” (CARVALHO, 2020), disse que faria uma “festinha” para comemorar seu aniversário (COLETTA, 2020) e foi frequentemente flagrado fazendo passeios e aparições públicas sem o uso recomendado de máscara e outras medidas de higiene. Não raras vezes, apresentou-se em vídeos abraçando e apertando a mão de apoiadores. Ou seja, um conjunto de performatividades corporais que produziam, através de imagens, o descrédito às orientações científicas e um encorajamento para o descumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos oficiais de saúde.

Além disso, é preciso destacar a forma como Bolsonaro se relacionou com o Ministério da Saúde, sobretudo com o ministro Luiz Henrique Mandetta, defensor das orientações da OMS. Em várias ocasiões, Bolsonaro desacreditou o ministro e suas políticas atinentes à pandemia, como em relação ao isolamento e ao distanciamento social, que Bolsonaro criticava, postulando a suficiência de um modelo de

isolamento vertical, direcionado apenas para os grupos da população considerados de risco. A gravidade e a preocupação com a pandemia e um possível colapso do sistema de saúde também geraram impasses entre ambos – Bolsonaro chegou a alegar que a pandemia foi alarmada e agravada pela mídia. Nas suas palavras, “obviamente temos no momento uma crise, uma pequena crise. No meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala ou propaga pelo mundo todo” (G1, 10/03/2020).

Aliás, a crise econômica foi a principal sustentação das falas de Jair Bolsonaro contrárias às formas de prevenção ao vírus. Enquanto estados e municípios intensificavam campanhas de conscientização e prevenção, o governo federal preparava o lançamento da campanha intitulada “O Brasil não pode parar”, que caracterizava o momento como histeria e defendia a retomada das atividades econômicas e a reabertura das escolas. Agravava-se o confronto com o ministro Mandetta, que, em entrevistas e pronunciamentos diários, continuava defendendo as recomendações da OMS, além de fazer uma inusitada defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), pois até então o ministro era um defensor da privatização do sistema.

Após as inúmeras divergências, Mandetta não resistiu e foi substituído por Nelson Teich, que ficou à frente do ministério cerca de um mês apenas. Mesmo sendo a aposta de um diálogo mais afinado com a posição de Bolsonaro, Teich também manteve o discurso alinhado à OMS e aos órgãos de pesquisa. Atualmente, está à frente do ministério o militar de carreira Eduardo Pazuello, não formado em medicina, vale dizer. O ministério cancelou as entrevistas coletivas diárias e, inclusive, passou a postergar o horário da divulgação dos dados da pandemia, para que não fossem divulgados pela imprensa, medida revogada pela justiça.

Para além da disputa discursiva com seus ministros, Bolsonaro mantém a postura de desacreditar instituições internacionais como a OMS, como já mencionamos, apelando para o discurso do “viés ideológico” da instituição. Chegou a declarar que: “ou a OMS realmente deixa de ser uma organização política, partidária, assim, vamos dizer, até partidária, ou nós estudamos sair de lá” (GARCIA, 05/06/2020). Ainda na tentativa de diminuir a importância da pandemia, Bolsonaro minimizou as mortes causadas pelo coronavírus, com frases como: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” (GARCIA, 28/04/2020), que afirmou quando questionado, em abril de 2020, sobre o número de óbitos; ou mesmo: “Ô, cara, quem fala de... [morte] Eu não sou coveiro, tá certo?” (G1, 20/04/2020), como declarou também em abril de 2020.

O discurso de Bolsonaro que visa atacar um inimigo ideológico, o viés partidário, as teorias conspiratórias, acaba ganhando adeptos que desmobilizam o isola-

mento social, única estratégia comprovada para conter a pandemia, e saem às ruas protestando pela retomada das atividades econômicas do país. O negacionismo do governo é flagrante e tem mobilizado seus seguidores a apoiá-lo, inclusive com atos violentos e antidemocráticos. Vale dizer, nesse sentido, que a atuação de Jair Bolsonaro diante da pandemia foi denunciada junto ao Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (PORTAL UOL, 01/07/2020) como atentado aos direitos humanos das populações mais vulneráveis.

O presidente, a Cloroquina e a bula anticientífica

Ainda no mês de março, durante os primeiros casos de coronavírus no Brasil, o presidente, Jair Bolsonaro, apareceu em vídeo, vestindo a camisa de um time de futebol, anunciando que um hospital particular iria iniciar testes com cloroquina em pacientes acometidos pelo coronavírus e que o laboratório químico e farmacêutico do exército daria início à produção em massa do medicamento. Não demorou muito para que, mesmo sem comprovação científica e com a possibilidade de fortes efeitos colaterais, os estoques dos medicamentos fossem esvaziados nas farmácias.

Entusiasta da cloroquina, assim como Donald Trump, Bolsonaro passou a propor o uso do medicamento em diversas entrevistas. Fato determinante para a sua conturbada relação com o até então ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, que recorria à ciência e não defendia o uso indiscriminado do medicamento. Segundo declarou o ministro: “só trabalho com critério técnico e critério científico, só trabalho com Academia, só trabalho com o que é ciência. Agora existem as pessoas que trabalham com critérios políticos, que são importantes, deixem que eles trabalhem. Não me ofende nada” (ISTOÉ, 01/04/2020). Nessas duas situações estão visíveis as disputas entre uma estratégia que reformula a ciência pelo viés da pós-verdade para fins políticos e outra que toma o saber científico da medicina – em que ambos ocupam espaços de autoridade e, portanto, produzem informações que educam a população diante da pandemia. Vale frisar que a OMS suspendeu as pesquisas com cloroquina em função dos efeitos colaterais e da ineficácia no tratamento dos acometidos pela Covid-19.

Entendemos que a pandemia pode ter proporcionado o exemplo mais claro do descrédito científico quando Bolsonaro, para manter sua teoria de que a cloroquina funcionava, chegou a propor a troca da bula do medicamento, orientando-o para o tratamento de Covid-19. Em entrevista, Mandetta (GAÚCHAZH, 21/05/2020) revelou:

O presidente se assessorava ou se cercava de outros profissionais médicos. Eu me lembro de quando, no final de um dia de reunião de conselho ministerial, me pediram para entrar numa sala e estavam lá um médico anestesista e uma médica imunologista, que estavam com a redação de um provável ou futuro, ou alguma coisa do gênero, um decreto presidencial... E a ideia que eles tinham era de alterar a bula do medicamento na Anvisa, colocando na bula indicação para covid-19.

Em julho de 2020, Bolsonaro declarou ter testado positivo para o coronavírus e já ter iniciado o tratamento com a cloroquina. O presidente (VEJA, 07/07/2020), centrando-se em sua figura performática, aparece em vídeo tomando o medicamento:

Sabemos que hoje em dia existem outros remédios que podem ajudar a combater o coronavírus, sabemos que nenhum tem a sua eficácia cientificamente comprovada, mas mais uma pessoa que está dando certo, completou, fazendo uma referência a si próprio logo após tomar um copo de água para engolir o medicamento. “Eu confio na hidroxicloroquina, e você?”, perguntou.

A manobra discursiva de Bolsonaro é fazer dele mesmo o garoto propaganda de suas crenças e continuar criando o mito do homem que é sempre atacado pelos inimigos “ideológicos”, mesmo quando é capaz de provar, ou formular, suas verdades. A pandemia permitiu a construção de uma trama de descrédito à ciência calcada em *fake news* e na proliferação de teorias atinentes à pós-verdade. As estratégias performáticas de Bolsonaro continuam confrontando a ciência e advogando uma narrativa alternativa próxima do *ethos* do fascismo, tentando interditar as divergências ou crenças desalinhadas sobre o que pode ou não ser a verdade sobre a pandemia.

A vacina, saúde e processos de (des)educabilidade da população pela pós-verdade

Um dos episódios mais recentes que a relação do governo bolsonarista com a pandemia proporcionou, ainda durante a escrita deste texto, diz respeito à compra de vacinas capazes de produzir anticorpos contra o coronavírus e destinadas à imunização da população brasileira. Ocorre que a oferta de vacinas partia da China – um país “comunista” – e, portanto, um dos inimigos discursivos dos governos conservadores. As vacinas que são desenvolvidas pelo mundo estão em períodos de testagem, mas o Brasil, através do Ministério da Saúde, e o estado de São Paulo haviam estabelecido um acordo com o laboratório chinês para a compra de 46 milhões de doses. A vacina chinesa é desenvolvida em parceria com o renomado Instituto Butantan (SP) e já realiza testes com voluntários no país. Segundo Bolsonaro, o acordo estabelecido entre o Ministério da Saúde e o estado de São Paulo destituiu sua autoridade: “já mandei cancelar, o presidente sou eu, não abro mão

da minha autoridade [...]. Até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado nela, a não ser nós” (PORTAL UOL, 21/10/2020). A posição do presidente foi justificada por não haver aprovação por órgãos de controle para a comercialização do medicamento – não reconhecendo o trabalho feito dentro do próprio país junto ao Instituto Butantan.

Provocar e parar o processo de compra de vacinas é coerente com a postura de um representante nacional que constantemente minimizou a pandemia como problema de saúde. Bolsonaro e seus apoiadores utilizaram a postura negacionista como estratégia de atuação frente ao coronavírus e provocaram estratégias de educabilidade à população diferentes das recomendadas pelas organizações oficiais de saúde. Isso se dá por meio de performatividades corporais que vão às ruas, que mantêm contato físico, sem máscara ou qualquer proteção. Ocorre pela construção paralela de uma narrativa que minimiza a pandemia e produz soluções alternativas, amparadas pela estratégia da pós-verdade, como isolamento vertical, contágio em rebanho, cloroquina ou, até mesmo, a não necessidade de vacinas.

Considerações finais

Christian Dunker (2017b) frisa que a pós-verdade tem muitas implicações políticas, morais e institucionais, mas é no campo da educação que a suspensão da verdade prenuncia um conjunto de efeitos ainda incalculáveis. E foi esta a preocupação deste texto quando tratou de analisar como o campo da educação, em especial o da ciência, passa a ser destituído de valor e reconhecimento institucional do “dizer verdadeiro”. Logo, quando entendemos o ataque à ciência, nomeamos um ataque às instituições que ela fomenta, como educação e saúde.

A deslegitimação do saber científico, o cerceamento financeiro à pesquisa, o descrédito às universidades e aos pesquisadores, que passam constantemente a serem atacados, são característicos dessas práticas políticas calcadas na pós-verdade. Desautorizar instituições e profissionais que caracteristicamente são detentores da verdade é parte estratégica do método político da pós-verdade. Vale ainda frisar como este processo de deslegitimação passa a ser articulado através do negacionismo, na produção de *fake news*, na formulação de teorias alternativas ou mesmo conspiratórias, que desestabilizam a opinião pública. A pós-verdade como método político do governo Bolsonaro se apresenta na performatividade pessoal, nos discursos conservadores calcados na pauta moral, na “valorização” da pátria, da família e da religião, muito próximos aos rastros do fascismo, fazendo da ciên-

cia, da educação e dos intelectuais, inimigos públicos. O exemplo mais flagrante dessas práticas políticas encontramos na forma como o governo Bolsonaro lidou com a pandemia do coronavírus. Ela nos oferece a materialidade dos efeitos trágicos da pós-verdade como método político e que está nos desafiando a lidar com novas perspectivas de processos de educabilidade.

Caberá às instituições como universidades, mídias e escolas tomar novamente o controle do direito pelo dizer verdadeiro. Silva e Hillesheim (2021, p. 6) frisam que os discursos de verdade necessitam e são regradados pelas instituições:

Precisam da legitimidade das instituições, dos diplomas, das chancelas e da autoridade do dizer as coisas. As instituições são espaços fundamentais que possibilitam a ordem dos discursos e sua difusão no tecido social. É importante notar que as instituições oferecem os parâmetros, os critérios e os procedimentos necessários para a legitimidade social da verdade.

Se vivemos historicamente um contexto de expansão da pós-verdade, também existe a ampliação dos movimentos de resistência, diálogo, produção científica e crítica ao desprezo pelo dizer verdadeiro. Há que se fortalecer as instituições que sigam procedimentos científicos de produção da verdade.

Isso não significa uma cristalização da verdade, entendendo-a como universal e imutável, mas, mediante a constatação de sua precariedade, um exercício cuidadoso no sentido de problematizar as próprias formas pelas quais nós, enquanto sociedade, construímos determinadas verdades, resultantes de determinados arranjos discursivos. Para isso, é preciso retomar tanto a realidade da experiência, quanto os critérios do pensamento, elementos que, como assinalado no início deste texto, estão fraturados em uma sociedade mergulhada em um *ethos* fascista (SILVA; HILLESHEIM, 2021, p. 15-16).

Há que se produzir enfrentamentos ao *ethos* fascista que atravessa o campo da educação. As estratégias de educabilidade, desta educação que está para além do espaço da escola, mas que se faz na mídia, nos espaços públicos, nos movimentos sociais, precisam perpassar pela verdade como mobilizadora discursiva.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 266 p.
- BRASIL. *Plano de Governo de Jair Bolsonaro*. 2018. Disponível em: http://divulgacaodcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.
- CANDIOTTO, César. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, v. 2, n. 29, p. 65-78, 2006.

CARVALHO, Daniel. Ida de Bolsonaro a ato em meio à pandemia de coronavírus é irresponsável, dizem parlamentares. *Folha de São Paulo*, 15 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/ida-de-bolsonaro-a-ato-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-e-irresponsavel-dizem-parlamentares.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CGEE. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Percepção pública da C&T no Brasil – 2019*. Resumo executivo. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. 21p.

CGEE. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Séries históricas*. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/percepcao/comparacoes-nacionais-e-internacionais>. Acesso em: 06 jun. 2020.

COLETTA, Ricardo Della. Bolsonaro fala em ‘certa histeria’ sobre vírus e diz que fará ‘festinha’ de aniversário. *Folha de São Paulo*, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-fala-em-certa-histeria-e-diz-que-fara-festinha-de-aniversario.shtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. Contribuições de Paul Ricoeur para o debate acerca da pretensão à verdade do discurso histórico. In: ROIZ, Diogo da Silva; GOMES, Geovane Ferreira; SANTA-NA, Isael José (org.). *A (pós-) verdade em uma época de mutações civilizacionais*. Serra: Milfontes, 2018. p. 59-71.

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018. 144 p.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: DUNKER, Christian *et al.* *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017a. 110 p. p. 4-34.

DUNKER, Christian. Educação em tempos de “pós-verdade”. *Blog da Boitempo*, fev. 2017b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/08/educacao-em-tempos-de-pos-verdade/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013. 431 p.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 382 p.

G1. *Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que ‘gripezinha’ não vai derrubá-lo*. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

G1. *Bolsonaro diz que ‘pequena crise’ do coronavírus é ‘mais fantasia’ e não ‘isso tudo’ que mídia propaga*. 10 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/10/bolsonaro-diz-que-questao-do-coronavirus-e-muito-mais-fantasia.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

G1. *‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus*. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GARCIA, Gustavo. Bolsonaro aponta ‘viés ideológico’ na OMS e ameaça tirar Brasil da organização. *G1*, 05 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/bolsonaro-aponta-vies-ideologico-na-oms-e-ameaca-tirar-brasil-da-organizacao.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GARCIA, Gustavo. 'É daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'. *G1*, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GAÚCHAZH. *Bolsonaro queria alterar bula da cloroquina, afirma Mandetta*. 21 maio 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/05/bolsonaro-queria-alterar-bula-da-cloroquina-afirma-mandetta-ckagti0dw005y015nzrvz206.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

HICKS, Stephen R. C. *Explicando o pós-modernismo: ceticismo e socialismo*, de Rousseau a Foucault. São Paulo: Callis, 2011. E-book. Disponível em: <https://pt.scribd.com/book/405670327/Explicando-o-Pos-modernismo-Ceticismo-e-socialismo-de-Rousseau-a-Foucault>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ISTOÉ. "Só trabalho com o que é ciência", diz Mandetta sobre questão da cloroquina. 01 abr. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/so-trabalho-com-o-que-e-ciencia-diz-mandetta-sobre-questao-da-cloroquina/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

KAKUTANI, Michiko. ***A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump***. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. E-book.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 420 p.

PELBART, Peter. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011. 252 p.

PORTAL UOL. *ONGs denunciam governo Bolsonaro na ONU por violar direitos humanos na pandemia*. 01 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/01/mais-de-60-ongs-denunciam-governo-bolsonaro-na-onu-por-violacoes-de-direitos-humanos-na-pandemia.htm>. Acesso em: 02 jul. 2020.

PORTAL UOL. *Toda e qualquer vacina está descartada, diz Bolsonaro*. 21 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/21/bolsonaro-cancela-acordo-por-coronavac-nao-abro-mao-da-minha-autoridade.htm>. Acesso em: 27 out. 2020.

RODA VIVA. *Entrevista com Jair Bolsonaro*. Jul. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vtbXWVEW188>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. *Comunicação & Informação*, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012.

SILVA, Mozart Linhares; HILLESHEIM, Betina. "Jogos de verdade, educação e o *ethos* do fascismo contemporâneo". *Perspectiva*, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 01-17, jan./mar. 2021.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"*. Porto Alegre: L&PM, 2018. 206 p.

VEJA. *Jair Bolsonaro toma hidroxicloroquina em vídeo e diz: 'Está dando certo'*. 07 jul. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/jair-bolsonaro-toma-hidroxicloroquina-em-video-e-diz-esta-dando-certo/>. Acesso em: 02 jul. 2020.